



Educação sexual de adolescentes e jovens em ambiente escolar

Sexual education of adolescents and youth in school environment

Educación sexual de adolescentes y jóvenes en ambiente escolar

Camila Bichara Brogiolo¹, Marcio Alessandro de Oliveira Batista Irber¹, Fernanda de Castro Araújo Santana¹, Letícia de Almeida Fonseca¹, Marina Mendes Brandão¹, Ruana Virgílio Salles¹, Maria Vitória Condé Morais¹, Nathália Barbosa do Espírito Santo Mendes¹, Anna Marcella Neves Dias¹ e Danielle Cristina Zimmermann Franco¹.

RESUMO

Objetivo: Analisar o conhecimento dos jovens/adolescentes em relação a educação sexual. **Métodos:** Foi realizado um estudo transversal, com 112 adolescentes e jovens de 13 a 24 anos, em um município em Minas Gerais, por meio da aplicação de um questionário feito pelos próprios autores em março de 2023. **Resultados:** A amostra foi composta por estudantes tanto do ensino fundamental quanto do médio. Notou-se o predomínio de indivíduos com 16 anos, cursando o primeiro ano do ensino médio, solteiros, com renda familiar entre 2 e 5 salários-mínimos, os quais não trabalhavam e utilizavam o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, 58 entrevistados afirmaram ter um nível de conhecimento sobre a educação sexual "BOM", contudo 4,13% dos estudantes afirmaram erroneamente que anticoncepcional oral prevenia ISTs e 4,84% dos alunos não souberam indicar quaisquer informações sobre este grupo de infecções. **Conclusão:** Ao analisar as respostas dos estudantes, observou-se que o nível de conhecimento da maioria não poderia ser classificado como "BOM", pois houve informações erradas sobre métodos contraceptivos, principalmente o anticoncepcional oral, e informações vagas sobre as Infecções sexualmente transmissíveis.

Palavras-chave: Educação sexual, Adolescentes, Doenças sexualmente transmissíveis, Contraceptivos.

ABSTRACT

Objective: To analyze the knowledge of young people/adolescents in relation to sex education. **Methods:** A cross-sectional study was conducted with 112 adolescents and young people aged 13 to 24 years, at the city of Minas Gerais, through a questionnaire made by the authors themselves in March 2023. **Results:** The sample consisted of both elementary and high school students. It was noted the predominance of individuals aged 16, attending the first year of high school, single, with family income between 2 and 5 minimum wages, who did not work and used the Unified Health System (SUS). In addition, 58 respondents claimed to have a level of knowledge about sex education "GOOD", however 4.13% of students wrongly stated that oral contraceptives prevented STIs and 4.84% of students did not know how to report any information about this group of infections. **Conclusion:** When analyzing the responses of the students, it was observed that the level of knowledge of the majority could not be classified as "GOOD", because there was wrong information about contraceptive methods, especially oral contraceptive, and vacancies on Sexually Transmitted Infections.

Keywords: Sex education, Adolescents, Sexually transmitted diseases, Contraceptives.

¹ Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Juiz de Fora – MG.

RESUMEN

Objetivo: Analizar el conocimiento de los jóvenes/adolescentes con relación a la educación sexual. **Métodos:** Se realizó un estudio transversal, con 112 adolescentes y jóvenes de 13 a 24 años, en el municipio de Minas Gerais, por medio de aplicación de un cuestionario hecho por los propios autores en marzo de 2023. **Resultados:** La muestra fue compuesta por estudiantes tanto de primaria como de secundaria. Se notó el predominio de individuos con 16 años, cursando el primer año de la enseñanza media, solteros, con renta familiar entre 2 y 5 salarios-mínimos, los cuales no trabajaban y utilizaban el Sistema Único de Salud (SUS). Además, 58 encuestados afirmaron tener un nivel de conocimiento sobre la educación sexual "BUENO", sin embargo 4,13% de los estudiantes afirmaron erróneamente que anticonceptivo oral prevenía ISTs y 4,84% de los estudiantes no supieron informar cualquier información sobre este grupo de infecciones. **Conclusión:** Al analizar las respuestas de los estudiantes, se observó que el nivel de conocimiento de la mayoría no podría ser clasificado como "BUENO", pues hubo informaciones erróneas sobre métodos anticonceptivos, principalmente el anticonceptivo oral, y informaciones vagas sobre las Infecciones de Transmisión Sexual.

Palabras clave: Educación sexual, Adolescentes, Enfermedades de transmisión sexual, Anticonceptivos.

INTRODUÇÃO

Os adolescentes e jovens são definidos por diferentes aspectos, emergindo opiniões distintas quanto às formas de situá-los nos marcos referenciais que os caracterizam. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida como o período de 10 a 19 anos e define como juventude a população dos 15 a 24 anos (FIOCRUZ, 2022). Para as diretrizes do Ministério da Saúde (MS), o intervalo da adolescência ocorre entre 10 e 24 anos, e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um período compreendido entre 12 e 18 anos (BRASIL, 2010; BRASIL, 1990). Notadamente, de maneira independente ao que se delimita enquanto idade para essa fase, os desdobramentos desses conceitos cronológicos definem um período da vida caracterizado por fortes mudanças estruturais, tanto nos aspectos físicos e fisiológicos, quanto nos aspectos psicológicos e sociais de qualquer indivíduo.

Dessa forma, consiste em algo que deflagra a importante transição entre a infância e a vida adulta (BRASIL, 2007). As experiências sexuais normalmente se afloram durante essa fase da vida e, corriqueiramente, estão vinculadas a uma orientação inadequada dos cuidados necessários à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), comportamentos de risco e a situações de gravidez não programada (ALMEIDA RA, et al., 2017). Quanto ao cenário de gravidez na adolescência, houve uma diminuição do número de nascimentos de filhos de adolescentes nos últimos 20 anos. Apesar disso, os números ainda foram considerados elevados visto que dados do DataSUS/Sinasc, demonstraram que diariamente ocorre em torno de 1.150 nascimentos de filhos de adolescentes no Brasil (BRASIL, 2019). Segundo SHANNON CL e KLAUSNER JD (2018), as ISTs são comuns nos adolescentes e sua incidência nos Estados Unidos aumentou nos últimos anos, necessitando de medidas na promoção e prevenção à saúde voltada para este grupo. A nível mundial estima-se que cerca de 1.650.000 de adolescentes (10 a 19 anos) foram infectadas pelo HIV/AIDS, sendo que 27.000 destas pessoas foram a óbito devido a esta doença (UNICEF, 2023).

Em Minas Gerais, foram notificados 1.385 casos de sífilis em adolescentes da faixa etária 15-19 anos e 85 casos entre 10 e 14 anos (BRASIL, 2021). Existem muitos tabus e mitos no debate público acerca dessa temática que conferem barreiras à construção de um conhecimento capaz de mitigar as repercussões negativas a nível populacional nos segmentos da saúde. Esses segmentos são intrínsecos à realização dos atos sexuais sem os cuidados necessários, como o uso de preservativos e métodos de contracepção. Nesse contexto, a não utilização de preservativos está condicionada a crenças de perda do desempenho sexual e até mesmo no que diz respeito à checagem da fidelidade do parceiro (CHAVES AC, et al., 2014). Embora seja amplamente divulgado em muitos canais de informação, adolescentes e jovens ainda apresentam dúvidas acerca da prevenção de ISTs, além de demonstrarem certa resistência à utilização de preservativo

(MONTEIRO DL, et al., 2021). Nesse viés, se desnuda como importante a elaboração de projetos educativos que abordem as implicações da sexualidade e da educação sexual em si, no contexto escolar (CHAVES AC, et al., 2014; OLIVEIRA KNS, et al., 2014).

A ocorrência de gravidez precoce e indesejada e o aumento do número de adolescentes contaminados por ISTs, gradativamente, devido à precocidade nas relações sexuais, à multiplicidade de parceiros, a não utilização do preservativo e, principalmente, à falta de informações seguras e coerentes, levam a necessidade de estudar mais sobre o tema. A abordagem acerca da educação sexual com os jovens e adolescentes, permite identificar o nível de conhecimento e assim avaliar a qualificação das informações sobre a temática. A fim de entender como a educação sexual é abordada nas escolas, o presente trabalho objetivou analisar o conhecimento dos adolescentes e jovens em relação à educação sexual.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo transversal por meio da aplicação de questionário feito pelos próprios autores a adolescentes e jovens em um município pequeno da Zona da Mata de Minas Gerais, em março de 2023. Foram incluídos 112 adolescentes e jovens com idade entre 13 e 19 anos, de escolas públicas e privadas. Os alunos foram abordados nas escolas onde foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos maiores de idade e o Termo de Assentimento aos responsáveis dos alunos com menos de 18 anos, os quais foram convidados a participarem do trabalho e contribuir com o questionário construído especialmente para o presente estudo.

Foi aplicado um questionário com 19 questões contendo informações sobre identificação, perfil socioeconômico, se já tiveram alguma IST, gravidez indesejada, se utilizam alguns métodos contraceptivos e quais, o nível autodeclarado de esclarecimento desses adolescentes e jovens quanto à educação sexual.

O questionário foi respondido pelo estudante durante a aula, sem a interferência dos pesquisadores, para que não houvesse constrangimento ao responder e informações falsas. Além disso, as perguntas foram explicadas uma a uma por um dos pesquisadores que se posicionou a frente da sala de aula e foram utilizados recursos linguísticos e visuais que atendessem o entendimento dos estudantes.

Os dados obtidos foram informatizados, juntamente com a resolução das análises estatísticas adequadas, após, a captação dos questionários respondidos. Os dados foram armazenados no programa Access 2017, Microsoft Corporation@USA. Para a análise estatística, foi utilizado o programa SPSS 23.0, IBM@SPSS Statistic. Medidas de posição e tendência central foram utilizadas para a descrição de variáveis contínuas e proporções para as variáveis categóricas estudadas.

As variáveis investigadas foram descritas quanto às suas frequências absolutas e relativas. Foi utilizado o teste do qui-quadrado para avaliar a associação entre as variáveis categóricas. Além disso, o valor de V de Cramer foi calculado para avaliar a força da associação. O valor de V de Cramer pode variar de 0 a 1, sendo que valores próximos a zero indicam ausência de associação entre as variáveis e valores próximos a 1 indicam forte associação entre as variáveis. Para as variáveis quantitativas, a normalidade da distribuição foi avaliada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov.

Para avaliar a diferença entre as médias de grupos independentes com distribuição não paramétrica, foi utilizado o teste de Mann-Whitney. Na análise do p-valor e os intervalos de confiança, o valor crítico foi definido em 95%. Os dados foram agrupados e apresentados em tabelas e gráficos.

As pessoas que desejaram participar da pesquisa foram instruídas a ler, concordar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou o Termo de Assentimento, em duplicado, conforme preconizado pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/12. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, Barbacena – MG, número do parecer: 5.809.631 e possui Certificado de Apresentação de Apreciação Ética de número: 60506522.5.0000.5156.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 112 estudantes de idade variando de 13 a 19 anos ($15,76 \pm 1,37$ anos), matriculados desde o ensino fundamental até o ensino médio. A partir da análise das respostas obtidas, observou-se que houve o predomínio de indivíduos com 16 anos (27,68%), cursando o primeiro ano do ensino médio (33,93%), solteiros (77,68%), com renda familiar entre 2 e 5 salários-mínimos mensais.

Em relação à ocupação laboral, a maioria respondeu que não trabalhava (79,46%) e utilizava o Sistema Único de Saúde (SUS) (75,89%) como fonte primária de atendimento médico (**Tabela 1**).

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos estudantes entrevistados da rede de ensino fundamental e médio.

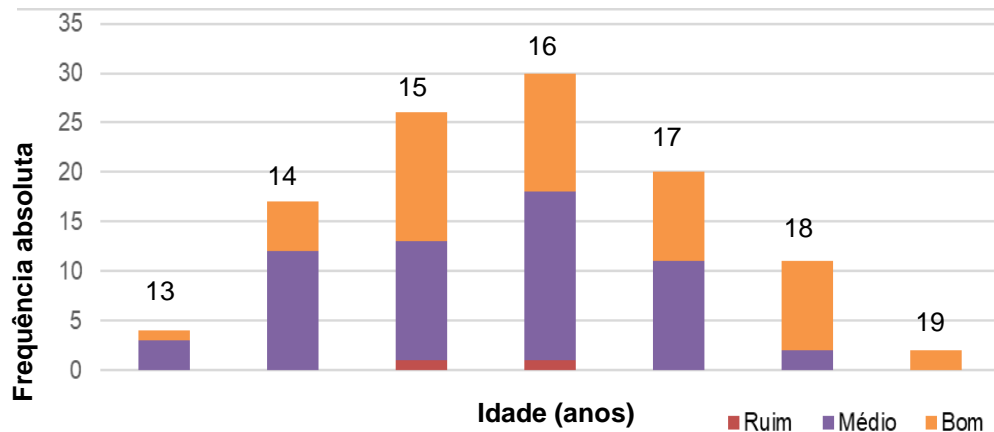
Variável	N	%
Idade (anos)		
13	4	3,57
14	18	16,07
15	26	23,21
16	31	27,68
17	20	17,86
18	11	9,82
19	2	1,8
Escolaridade		
9º Ano do Ensino Fundamental	31	27,7
1º Ano do Ensino Médio	38	33,9
2º Ano do Ensino Médio	20	17,9
3º Ano do Ensino Médio	11	9,8
Não declarado	12	10,7
Estado Civil		
Solteiro	87	77,7
Casado	1	0,9
Namorando	23	20,5
Não declarado	1	0,9
Renda Familiar (salários-mínimos)		
Até 1	40	35,7
2 a 5	63	56,2
5 a 10	6	5,4
Mais que 10	0	0
Não declarado	3	2,7
Possui trabalho?		
Sim	21	18,8
Não	89	79,5
Não declarado	2	1,8
Atendimento Médico		
SUS	85	75,89
Plano de Saúde	24	21,43
Ambos	2	1,79
Não declarado	1	0,89
Total	112	100

Fonte: Camila BB, et al., 2024.

Uma vez caracterizada a amostra, foram avaliadas variáveis que permitiram identificar aspectos sobre sua vida sexual e o quanto conheciam e tinham acesso a informações sobre educação sexual. Em relação à autoavaliação do nível de conhecimento acerca de educação sexual, 58 (52,73%) entrevistados autodeclararam ter um nível médio conhecimento, seguido de 50 (45,45%) afirmaram ter nível bom de conhecimento e, somente, 2 (1,82%) confirmaram que seu nível de conhecimento sobre o tema era ruim.

Além disso, foi correlacionada a autoavaliação com a idade, a qual não foram encontradas variações significativas entre as faixas etárias ($p=0,347$) (**Gráfico 1**).

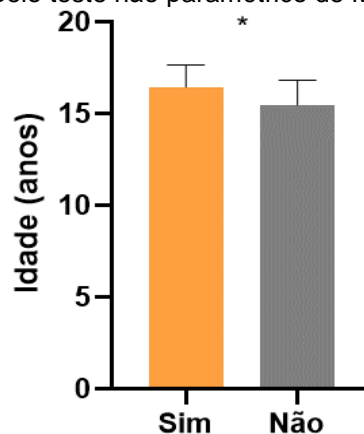
Gráfico 1 - Distribuição da amostra de acordo com idade e autoavaliação sobre o nível de conhecimento sobre educação sexual.



Fonte: Camila BB, et al., 2024.

Quando questionados se haviam iniciado a vida sexual, 34 (30,36%) afirmaram que já tiveram relação sexual, enquanto 78 (69,64%) ainda não (**Tabela 2**). A idade dos jovens que haviam iniciado a vida sexual ativa ($M_D= 17$ anos) foi comparada com a daqueles que não havia ($M_D= 15,5$ anos), revelando que o primeiro grupo era mais velho do que o segundo ($p=0,002$) (**Gráfico 2**).

Gráfico 2 - Comparação entre idades dos jovens que apresentavam vida sexual ativa ou não. A comparação foi feita pelo teste não paramétrico de Mann-Whitney ($*p<0,05$).



Fonte: Camila BB, et al., 2024.

Dentre o grupo que já havia iniciado a vida sexual, 21 alunos (63,63%) afirmaram que já tiveram relação sexual sem proteção, além de 8 (19,05%) confirmaram não utilizar quaisquer métodos contraceptivos. Dos 34 (80,95%) entrevistados que utilizavam algum método, o mais utilizado foi o preservativo masculino (45,24%), seguido pelo anticoncepcional oral (26,19%), pílula do dia seguinte (7,14%) e tabelinha (2,38%). Vale dizer que ninguém utilizava o Dispositivo Intrauterino (DIU), nem coito interrompido ou outro método não mencionado anteriormente (**Tabela 2**).

Dos 29 entrevistados que responderam o tempo de uso do método contracepcional, observou-se que a maioria ($n=18$; 62,78%) afirmou que utiliza a menos de um ano, seguido por 1 a 3 anos ($n=4$; 13,79%), por

fim, 3 a 5 anos e mais que 5 anos (n=2; 6,9%), somente 3 (10,34%) dos estudantes responderam que não utilizavam e, por isso, a pergunta não se aplicava. No que tange a quem indicou o método para o aluno, 17 (51,52%) afirmaram que o método utilizado foi indicado por amigos e/ou familiares, 7 (21,21%) receberam a indicação de um ginecologista, 5 (15,15%) foram indicação de outro profissional da saúde, 3 (9,09%) foi o parceiro que indicou e 1 (3,03) teve indicação de outra pessoa (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Histórico sexual dos estudantes entrevistados da rede de ensino fundamental e médio de um município da Zona da Mata de Minas Gerais.

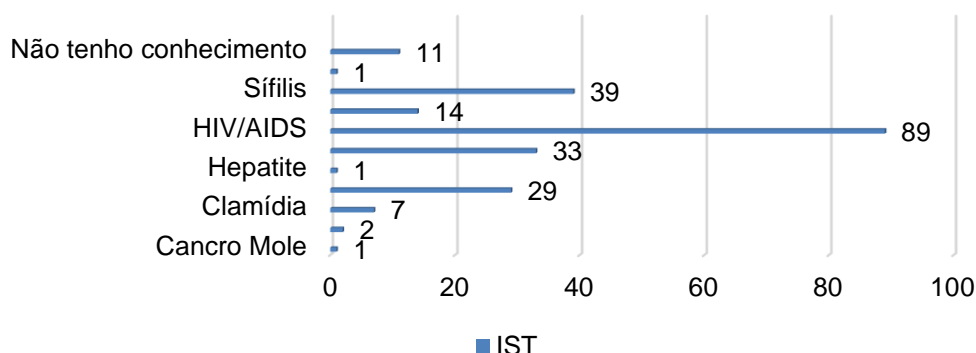
Variável	N	%
Já teve relação sexual?	112	100
Sim	34	30,36
Não	78	69,64
Uso de método de contraceptivo	42	100
Não utiliza	8	19,05
Preservativo masculino	19	45,24
Anticoncepcional oral	11	26,19
DIU	0	0
Tabelinha	1	2,38
Implante Hormonal	0	0
Pílula do dia seguinte	3	7,14
Coito interrompido	0	0
Outros	0	0
Indicação deste método	33	100
Ginecologista	7	21,21
Outro profissional da saúde	5	15,15
Amigos ou familiares	17	51,52
Parceiro	3	9,09
Outros	1	3,03
Tempo de uso deste método	29	100
Menos de 1 ano	18	62,07
1 a 3 anos	4	13,79
3 a 5 anos	2	6,9
Mais que 5 anos	2	6,9
Não utiliza	3	10,34
Relação sexual sem proteção?	33	100
Sim	21	63,64
Não	12	36,36

Fonte: Camila BB, et al., 2024.

A última pergunta do questionário, tratava-se de uma questão discursiva em que o estudante precisava citar as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) ele conhecia. As mais citadas foram Síndrome da Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS) (39,21%), Sífilis (17,18%), Herpes Genital (HPV) (14,54%) e Gonorreia (12,77%), sendo as menos citadas, Cancro Mole (0,44%), Hepatite (0,44%), Tricomoníase (0,44%), Candidíase (0,88%) e Clamídia (3,08%). Vale ressaltar que 11 (4,84%) estudantes não tinham conhecimento de nenhuma Infecção Sexualmente Transmissível (**Gráfico 3**).

Quando questionados sobre a educação sexual na escola, 64 (58,72%) dos alunos responderam que os professores abordaram o assunto durante suas aulas, ao passo que 45 (41,28%) disseram que não foi mencionado nenhuma vez em sala de aula. Em relação ao uso de preservativo masculino, notou-se que 23 (65,71%) estudantes utilizavam pela proteção, enquanto 9 (25,71%) nunca utilizaram. Sobre os benefícios de seu uso, 60 (54,55%) afirmaram que a camisinha previne a gravidez e as ISTs, em contrapartida 3 (2,73%) desconheciam os benefícios (**Tabela 2**).

Gráfico 3 - Infecções Sexualmente Transmissíveis citadas pelos estudantes da rede pública e privada de um município da Zona da Mata de Minas Gerais.



Fonte: Camila BB, et al., 2024.

No que tange ao uso do anticoncepcional oral, 11 (26,19%) participantes utilizavam este método como contraceptivo. Quando questionados sobre o conhecimento acerca deste método, 89 (73,55%) afirmaram que prevenia gravidez, 5 (4,13%) acreditavam que prevenia ISTs, 9 (7,44%) afirmaram que há efeitos colaterais, 5 (4,13%) disseram que há contraindicações e 13 alunos (10,75%) não possuíam conhecimento sobre o método (**Tabela 2**).

Foi realizada uma análise, associando as principais variáveis deste trabalho. Dessa forma, o grau de conhecimento “bom” autodeclarado pelos participantes sobre a educação sexual foi associado ao conhecimento de um maior número de ISTs, os benefícios do preservativo e os benefícios e riscos dos anticoncepcionais orais. É possível inferir que houve uma diferença significativa quando comparado “Grau de conhecimento x ISTs”, “Benefícios da camisinha X ISTs”, “Benefícios do anticoncepcional X Renda” e “Conhecimento sobre ISTs X Método de proteção”, sendo que essas variáveis apresentam associação de intensidade moderada, segundo o cálculo de V de Cramer (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Análises de associação entre as variáveis investigadas entre os participantes.

Variável	Qui-quadrado	V de Cramer ¹	p-valor
Relação sexual X Constrangimento	0,48	0,021	0,826
Grau de conhecimento X ISTs	22,052	0,317	0,005*
Benefícios da camisinha X ISTs	19,55	0,301	0,003*
Benefícios do anticoncepcional X Renda	27,419	0,320	0,002*
Grau de conhecimento X Renda	3,261	0,123	0,515
Conhecimento sobre ISTs X Método de proteção	46,940	0,283	<0,001*

Legenda: ¹Associação com V de Cramer igual a 0 = fraca; próxima a 0,5= moderada; igual a 1=forte. **Fonte:** Camila BB, et al., 2024.

DISCUSSÃO

Em relação à abordagem da educação sexual na sala de aula, 58,72% dos estudantes entrevistados afirmaram que os professores abordaram educação sexual em suas aulas. Entretanto, BRITO CM, SANTOS KPP (2018) relataram que 58% dos professores entrevistados também não incorporavam esta temática em suas aulas. Além disso, FERREIRA EA, et al. (2020) observaram maior participação dos pais e/ou responsáveis na educação sexual das alunas, bem como maior participação de profissionais da saúde na grade curricular das escolas analisadas. Conforme a UNESCO BRASIL (2023), a educação integral em sexualidade é um importante pilar essencial para a construção de uma educação de boa qualidade, a fim de tornar a sociedade mais igualitária, justa e inclusiva, superando as desigualdades sociais.

Vale destacar que apesar de a escola ser o local ideal para introduzir à temática na vida das crianças e adolescentes, são notáveis as dificuldades de sua implementação neste meio, tais como, falta de preparo de muitos professores não saberem como mencionar tal tema em sala de aula, além dos entraves diretamente relacionados a muitas famílias, que não aceitam que a escola trate desta questão (SANTOS ALR et al., 2021; SILVA AS, 2018; ALBUQUERQUE GDLBM, et al., 2021), corroborado por VIEIRA KJ et al., (2021) que demonstrou, em sua pesquisa, que 58,1% dos alunos não conversavam com os pais e/ou responsáveis sobre sexualidade, ao passo que esse tema era discutido entre amigos em 74,5% da amostra.

Ademais, quando ocorre alguma atividade voltada para esse assunto, pode ser caracterizada como temporária, na qual é planejada e realizada por outros profissionais não especializados em Educação ou Pedagogia e focada majoritariamente (75%) no ensino fundamental (FURLANETTO MF, et al., 2018). É evidente o baixo pacto que atividades educativas isoladas que abordem a temática acarreta a formação de conceitos e atitudes nos estudantes, necessitando que a educação sexual seja discutida de modo contínuo, articulando escola, comunidade e família, bem como envolvendo os elementos que compõe a rede de apoio social daquele jovem (VIEIRA KJ et al., 2021).

Mesmo que o tema não seja abordado durante o período letivo na instituição de ensino, 71,43% dos entrevistados afirmaram que conheciam o preservativo masculino e o anticoncepcional oral. Indo ao encontro dos achados deste estudo, foi evidenciado que os métodos contraceptivos mais conhecidos pelos adolescentes são o preservativo masculino e o anticoncepcional oral. Além disso, houve discrepância entre o sexo feminino e masculino em relação a informações sobre métodos contraceptivos, sendo que o primeiro soube mais do que o segundo (VIEIRA KJ et al., 2021). No presente trabalho foi constatado que a maioria dos estudantes (65,71%) utilizavam a camisinha como método contraceptivo, sendo que 54,55% conheciam seus benefícios na prevenção contra gestação e aquisição de IST.

Sob outra perspectiva, o estudo de GARCIA EC, et al. (2022) evidenciou que os adolescentes conheciam a importância do uso de preservativo masculino na proteção contra a AIDS/HIV, contudo preferiam não o utilizar em virtude de questões psicoemocionais e sociais, tais como, fidelidade do casal, prazer sexual masculino e dificuldades femininas de levar consigo o preservativo. Quando questionados acerca do anticoncepcional oral, cinco estudantes acreditavam que o fármaco prevenia ISTs, além disso, 13 participantes não tinham conhecimento sobre este método, evidenciando a necessidade de mais explicações sobre o medicamento no ambiente escolar, abordando função, mecanismo de ação, riscos e benefícios.

A falta de uma abordagem interdisciplinar, bem como no ambiente familiar, faz com que os estudantes apresentem noções vagas e equivocadas sobre a própria sexualidade. Dessa forma, faz-se necessário ampliar o conhecimento sobre a saúde sexual e reprodutiva, abordando temas, como direitos sexuais e reprodutivos, para que eles possam adquirir pensamento crítico e reflexivo acerca do tema (FERREIRA EA, et al., 2018). No trabalho de Vieira KJ, et al., (2021), a noção errônea que o ACO previne ISTs foi constatada em 24,6% dos entrevistados do sexo masculino e 17,1% do sexo feminino.

Outro tópico estudado neste trabalho foi o conhecimento sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis. Apenas 11 entrevistados não souberam citar nenhum exemplo de IST, ao passo que as mais mencionadas foram AIDS/HIV e Sífilis, com 89 e 39 menções respectivamente. Para ANTUNES DCS (2020), discutir sobre cuidados com o corpo, conhecimentos sobre sexualidade, transmissão, bem como prevenção das ISTs fazem parte da promoção da saúde, sendo a escola a responsável por iniciar o assunto, já que este pode ser desconhecido pelos adolescentes/ jovens e seus familiares. O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas foi lançado em 2003 e visava a redução da vulnerabilidade de jovens e adolescentes às ISTs e evasão escolar devido à gestação na adolescência por meio de ações que incluíam os alunos, seus familiares e a escola (UNESCO BRASIL, 2023). Diante do exposto, que grande parte dos estudantes afirmaram que seus conhecimentos acerca de educação sexual apresentavam nível "BOM" (45,45%) e "MÉDIO" (52,73%), apesar de o assunto ser pouco explorado em sala de aula. Entretanto, ao analisar as respostas do questionário autoral aplicado, notou-se informações errôneas acerca do uso de anticoncepcional oral e seus efeitos colaterais. Em concordância com este achado, Albuquerque GDLBM, et al. (2021) evidenciaram que há uma

nítida superficialidade e limitação no conhecimento da educação sexual. É importante destacar que o governo incorporou a ODS 4 às prioridades nacionais por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) a fim de implementar as diretrizes, as metas e estratégias da política educacional com prazo final para a implementação até 2030 (UNESCO BRASIL, 2023).

Ou seja, o Brasil tem até o final deste ano para incorporar a educação sexual de modo efetivo na grade curricular das escolas a fim de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. É necessário mencionar as limitações deste trabalho, tais como o não questionamento em relação ao gênero dos entrevistados, bem como sua orientação sexual, o quanto eles sabiam sobre as ISTs por eles mencionados e o modo como a educação sexual é abordada na escola. Além disso, não foi analisada a temática do ponto de vista da Instituição de ensino, ou seja, os professores não foram questionados acerca da abordagem em sala de aula, se os alunos sanavam suas dúvidas extraclasse, se havia algum planejamento curricular da escola que abrangia o tema.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo foi possível inferir que o nível de conhecimento da maioria não poderia ser classificado como “BOM”, pois houve informações erradas sobre métodos contraceptivos, principalmente o anticoncepcional oral, e informações vagas sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis. Diante dessa análise, mostra-se importante abordar mais sobre a educação sexual no âmbito escolar de modo multidisciplinar como é proposto pelo Currículo Nacional. Para isso, projetos envolvendo não só a escola, bem como a família se fazem necessários, por exemplo, palestras com expertises da área, rodas de conversa e atividades com maior frequência, além de a capacitação dos educadores e dos profissionais que trabalham na instituição para que possam servir de suporte não só para os alunos bem como para seus familiares.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE GDLBM, et al. Nível de informação de estudantes do ensino público e privado de Juiz de Fora – MG a respeito de métodos contraceptivos. *Brazilian Journal of Development*, 2021; 7(9): 62499-62508.
2. ALMEIDA RA, et al. Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2017; 70(5): 1033-9.
3. ANTUNES DCS. Educação sexual e infecções sexualmente transmissíveis entre adolescentes e jovens: um estudo bibliométrico. Monografia (Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020; 41.
4. BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. 2023 [2010]. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acessado em: 25 mai. 2023.
5. BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 2023 [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 25 mai. 2023.
6. BRASIL. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. 2023 [2007]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acessado em: 25 mai. 2023.
7. BRASIL. Informações de Saúde, nascidos vivos – Brasil, 2019. 2023 [2019]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acessado em: 25 mai 2023.
8. BRASIL. Boletim epidemiológico – Sífilis. 2023 [2021]. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2021/17-11-Boletim%20Epidemiol%C3%B3gico%20S%C3%ADfilis%202021.pdf, Acessado em 13 de agosto de 2023.

9. BRITO CM, SANTOS KPP. A importância da educação sexual em uma escola pública de ensino médio da cidade de Cocal/Piauí/Brasil. *Revista Educação Ambiental em Ação*. 2018; (65).
10. CHAVES AC, et al. Knowledge and attitudes of a public school's adolescents on sexual transmission of HIV. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2014; 67: 48-53.
11. FERREIRA EA et al. O conhecimento de adolescentes escolares sobre os métodos contraceptivos: desafios. *Revista Online de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, 2020; 12: 1316-21.
12. FERREIRA EA et al. Adolescentes no espaço escolar e o conhecimento a respeito da saúde sexual e reprodutiva. *Cogitare Enfermagem*, 2018; 23(2): e55851.
13. FIOCRUZ. 2022. Transições é o tema central da Semana Internacional da Saúde do Adolescente. Disponível em: <https://www.iff.fiocruz.br/index.php?view=article&id=64%3Asemana-internacional-#:~:text=A%20OMS%20considera%20como%20adolesc%C3%A7%C3%A3o%20at%C3%A9%20os%2021%20anos>. Acessado em: 25 de maio de 2023.
14. FURLANETTO MF, et al. Educação sexual em escolas brasileiras: Revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, 2018; 48(168): 550-71.
15. GARCIA EC, et al. Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos. *Escola Anna Nery*, 2022; 26: e20210083.
16. MONTEIRO DL, et al. Tendência da gravidez na adolescência no Brasil nos últimos 20 anos (2000-2019). *Revista da Associação Médica Brasileira*. 2021; 67(5): 759-65.
17. OLIVEIRA KNS, et al. Educação sexual na adolescência e juventude: abordando implicações da sexualidade no contexto escolar. *SANARE*. 2014; 12: 07-13.
18. SANTOS ALR, et al. Educação Sexual no Ambiente Escolar. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Ciências Humanas. Centro Universitário Unabetim, Betim, 2021; 28p.
19. SHANNON CL, KLAUSNER JD. The Growing Epidemic of Sexually Transmitted Infections in Adolescents: A Neglected Population. *Current Opinion in Pediatrics*, 2018; 30(1): 137-140.
20. SILVA AS. EDUCAÇÃO SEXUAL, ESCOLA E FAMÍLIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Monografia (Pós-Graduação em Lato Sensu em Saúde da Família/ Gestão em Saúde) - Instituto De Ciências Da Saúde. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018, 25p.
21. UNICEF. Global and regional trends. 2023. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/hivaids/global-regional-trends/#status>. Acessado em 13 de agosto de 2023.
22. VIEIRA KJ, et al. Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. *Revista Baiana de Enfermagem*, 2021; 35: e39015.
23. UNESCO BRASIL. Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro. 2024 [2023]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384680/PDF/384680por.pdf.multi>. Acessado em 21 de janeiro de 2024.